



**SOUSA, Mariana do Nascimento\***  
<https://orcid.org/0000-0003-4101-5105>

**SILVA, Murilo Borges\*\***  
<https://orcid.org/0000-0002-7734-5037>

**GUIMARÃES, Pedro Henrique Borges\*\*\***  
<https://orcid.org/0009-0007-1754-9736>

**RESUMO:**

O artigo analisa a chamada “crise da História” a partir da teoria do presentismo, de François Hartog, questionando sua suposta universalidade e argumentando que tal crise se refere, prioritariamente, ao esgotamento do modelo historiográfico eurocêntrico. Em diálogo com autores como Koselleck, Le Goff, Quijano e Mignolo, sustenta-se que a História, enquanto disciplina moderna, foi edificada sobre uma base colonial, elitista e racializada, responsáveis por marginalizar as experiências e memórias de povos negros e indígenas. Ao examinar as chamadas palavras-mestras, especialmente “memória” e “patrimônio”, o texto evidencia como esses conceitos se entrelaçam, marcando o afastamento das grandes narrativas e apontando para novas disputas em torno da construção do passado. Nesse contexto, destaca-se que os documentos coloniais não constituem registros neutros, mas sim monumentos do poder hegemônico que contribuíram para o silenciamento e a desumanização dos sujeitos negros. Como contraponto a essa lógica, o estudo valoriza a produção historiográfica de intelectuais negros, com ênfase na obra de Beatriz Nascimento, como forma de resistência epistêmica e ruptura com as narrativas coloniais. Conclui-se que a crise da História não deve ser compreendida como um fenômeno universal, mas como o colapso de um modelo excludente de escrita histórica. A emergência de perspectivas decoloniais e negras abre caminho para uma historiografia plural, crítica e comprometida com a reparação dos silenciamentos do passado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Presentismo; Historiografia; Decolonialidade.

**ABSTRACT:**

The article analyzes the so-called “crisis of History” through François Hartog’s theory of presentism, questioning its supposed universality and arguing that this crisis refers primarily to the exhaustion of the Eurocentric historiographical model. In dialogue with authors such as Koselleck, Le Goff, Quijano, and Mignolo, the article maintains that History, as a modern academic discipline, was built upon a colonial, elitist, and racialized foundation that systematically marginalized the experiences and memories of Black and Indigenous peoples. By examining the so-called master-words—especially “memory” and “heritage”—the text reveals how these concepts intertwine, marking a departure from grand narratives and pointing to new struggles over the construction of the past. In this context, it emphasizes that colonial documents are not neutral records of the past but rather monuments of hegemonic power that contributed to the silencing and dehumanization of Black subjects. As a counterpoint to this logic, the study highlights the historiographical production of Black intellectuals—particularly the work of Beatriz Nascimento—as a form of resistance and rupture with colonial grand narratives. It concludes that the crisis of History should not be understood as a universal phenomenon, but as the collapse of an exclusionary model of historical writing. The emergence of decolonial and Black perspectives paves the way for a plural, critical historiography committed to addressing historical silences.

**KEYWORDS:** Presentism; Historiography; Decoloniality.

---

\* Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás, na linha de pesquisa Estado, Políticas e História da Educação.

\*\* Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia (2019), mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2011) e licenciado em História pela Universidade Estadual de Goiás (2007). Atualmente, é professor associado da Universidade Federal de Jataí, no curso de Licenciatura em História.

\*\*\* Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás.

## INTRODUÇÃO

Desde o lançamento de "Regimes de Historicidade" (2003), os estudos de François Hartog colocaram desafios à compreensão do tempo histórico que se assemelham àqueles lançados pela profícua obra de Koselleck (2013). Assim, a hipótese presentista, em meio a todas as suas vicissitudes, desperta interesse no pesquisador sobre as relações humanas no tempo, não só pela sua função ontológica e metafísica, mas por trazer consigo a necessidade de se repensar a epistemologia da ciência histórica à luz de um momento de crise de paradigmas.

A retomada do conceito de presentismo, tal como formulado por Hartog, se justifica pela ambição de sua proposta: uma hipótese de crise da história ancorada na ideia de que vivemos sob um novo regime de historicidade, no qual o presente se tornou uma instância temporal dominante. Trata-se de uma suposição relevante, pois, se aceitarmos que a história possui um papel indispensável para a vida e ação humana (Nietzsche, 2017, p.16), que implicações emergem da ideia de seu possível colapso? No centro das reflexões de Hartog está a percepção de uma conjuntura que ameaça tanto a utilidade da História quanto a legitimidade do ofício do historiador, conforme foi consolidado pela tradição historicista desde o século XIX.

No entanto, cabe perguntar: de qual História se fala ao se anunciar essa crise? E, mais importante, essa crise pode ser realmente considerada universal? A primeira tarefa é historicizar a própria disciplina histórica, um esforço necessário, conforme apontam Assunção e Trapp (2021, p. 230), ao lembrarem que a história foi edificada a partir de uma "geopolítica do conhecimento que reiterou uma supremacia branca na memória disciplinar nacional". Partindo dessa problematização, sustentamos que a crise identificada por Hartog está circunscrita a um modelo historiográfico eurocentrado, forjado nos marcos da modernidade ocidental, sustentado pela colonialidade do saber e consolidado com a institucionalização da disciplina histórica.

Em um segundo momento, partimos desse lugar reconhecido como comum para investigar as fissuras e resistências que emergem a partir de outras formas de pensar o tempo. Como propõe Rüsen (2001, p.56-59), a "História é um conceito representante de um fenômeno do mundo vital, relacionado diretamente à vida

humana prática, em virtude de sua relação com a constituição do sentido da experiência do tempo". Nesse sentido, convém questionar como se constitui a trajetória dos povos negros nas Américas e, particularmente, no Brasil, dentro dessa lógica disciplinar. Ao invés de um colapso da história em geral, o que se verifica é a falência de um paradigma excludente que historicamente marginalizou esses sujeitos.

Nesse contexto, examinamos a emergência das palavras-mestras, como "memória" e "patrimônio", que, segundo Hartog, funcionam como sintomas do declínio das grandes narrativas e da ascensão do presente como instância temporal privilegiada da experiência histórica. Tais ideias são interpretadas como marcas de um novo regime de historicidade, no qual o futuro perde sua função mobilizadora e o passado é invocado seletivamente para dar sentido ao agora. Questionamos, porém, se essa leitura não opera uma renovação da lógica totalizante da historiografia tradicional, ao pretender unificar e normatizar, sob a ideia de presentismo, formas múltiplas, locais e racializadas de viver e narrar o tempo.

Como contraponto a essa abordagem, o artigo estabelece diálogo com autores como Reinhart Koselleck, Jacques Le Goff, Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo para refletir acerca da definição de Hartog sobre a memória e o patrimônio como palavras do presente, investigando sua diferença em relação à função teórico-filosófica das grandes narrativas, representantes do momento áureo da História. Destaca-se, nesse contexto, que os documentos coloniais não constituem registros neutros, mas sim monumentos do poder hegemônico que contribuíram para o silenciamento e a desumanização dos sujeitos negros.

Por fim, o estudo destaca a produção historiográfica de intelectuais negros, com ênfase na obra da historiadora Beatriz Nascimento, como expressão de resistência epistêmica e ruptura com as narrativas coloniais. Conclui-se que a crise da História não é um fenômeno universal, mas o colapso de um modelo excludente e eurocentrado de escrita histórica. A emergência de perspectivas negras e decoloniais aponta para uma reconfiguração do campo historiográfico, ancorada em múltiplas temporalidades e comprometida com a reparação dos silenciamentos do passado.

## QUE HISTÓRIA É ESSA? HISTÓRIA, MODERNIDADE E SUAS COMPLEXIDADES

No tocante à história enquanto conceito e prática, François Hartog observa a mutação de sentido do termo como sintoma das transformações de uma época. O autor destaca, por exemplo, a diferenciação de seu uso com e sem o emprego do artigo definido. História, sem artigo, denota a preeminência de um ator político que age e tem seus atos legitimados pela história. Já o uso com o artigo definido – a história – corresponde ao registro e à reafirmação das ações políticas desse sujeito, que tanto é o protagonista dos eventos, quanto o agente que os registra. Trata-se de uma diferenciação devidamente registrada nos limites da institucionalização da disciplina, que carrega suas contradições e exclusões.

A legitimidade da História esteve, desde o início, vinculada à figura de um sujeito autorizado, branco, letrado, europeu, a produzi-la e registrá-la. Ainda assim, a análise do uso semântico dos termos revela um caminho frutífero para compreender tanto os mecanismos que sustentaram o processo de consolidação da História como disciplina quanto sua posterior desintegração, conforme argumenta Hartog. Nesse contexto, cabe perguntar: essa relação de poder que fundou a disciplina orienta a sua crise?

Koselleck (2013, p. 186) afirma que "a configuração do conceito moderno, reflexivo de História se deu tanto através de discussões científicas quanto através de diálogos político-sociais do cotidiano." Ou seja, já na transição do século XVIII para o XIX, uma burguesia culta e acadêmica, articulava-se por meio de associações e instituições com o objetivo de estabelecer a autonomia do campo histórico, deslocando-o das esferas teológica e jurídica para o debate político e social.

Entretanto, esse avanço institucional não alterou o seu ethos fundador. Koselleck afirma (2013, p.186) que: "o surgimento de uma ciência histórica autônoma pode ser atribuído a essa classe média intelectualizada, a qual, simultaneamente com o desenvolvimento de uma consciência histórica, se apropriava de sua identidade." Em outras palavras, a História, enquanto projeto acadêmico sistematizado e aspirante ao estatuto científico, representava os interesses de um grupo social específico: homens brancos europeus, letrados e detentores de privilégios econômicos e raciais.

Ainda para o autor, a identidade neste processo é um elemento estruturante tanto da fundação quanto da transformação do campo. No século XIX, ela constituía a base do projeto burguês de consolidação da História. Mais tarde, Hartog (2003) recupera o termo para fundamentar sua leitura sobre o esgotamento desse mesmo projeto. Segundo ele, a emergência de palavras-mestiças como memória, patrimônio, comemoração e identidade revela uma mudança profunda na forma como as sociedades se relacionam com o tempo. Se antes a História era pensada como *historia magistra vitae*, hoje ela perde seu caráter normativo e se fragiliza diante da pluralidade de discursos do presente.

No entanto, como também sugere Koselleck, as reivindicações identitárias, vistas por Hartog (2013) como um sinal do esfacelamento da História, já estavam presentes desde sua origem. A disciplinarização da História esteve atravessada por disputas em torno da hegemonia cultural dos grupos dominantes. A imposição de uma identidade burguesa e, como aqui destacamos, também branca, esteve no cerne do processo de formação da disciplina. A escolha dos objetos de estudo, as formas de narrativa e o lugar de enunciação do historiador consolidaram uma visão de mundo particular como verdade universal.

Mesmo que no decorrer do século XIX tenham surgido tentativas de ampliar o campo da História para incluir sujeitos subalternizados, como a classe trabalhadora em Marx, a produção histórica dominante permaneceu ancorada em um cosmos favorável à classe racial dominante, responsável por conferir a uma particular interpretação do mundo o status de verdade universal. Como demonstra Marx ao criticar as "invocações dos mortos da História mundial", típicas da consciência nacional burguesa, as revoluções do passado buscavam sua legitimidade na História; já a revolução do século XIX deveria enterrar os mortos e voltar-se para o futuro. Em suas palavras:

A revolução social do século XIX não pode buscar sua poesia no passado, mas apenas no futuro... As Revoluções de antigamente necessitavam da lembrança da História mundial, a fim de anestesiarem seu próprio conteúdo. A revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem seus mortos, para chegar ao seu próprio conteúdo. (Marx, 1960. p.115-117 Apud Koselleck, 2013, p.190-191)

Nesse sentido, discorre Koselleck:

A História alterou sua posição dentro da linguagem política. Enquanto a expressão foi transformada em conceito central da interpretação do mundo, ela também estilizava a consciência daquela burguesia que, nesses decênios, se ampliou de uma burguesia de eruditos. (Koselleck, 2013, p. 186)

De tal maneira, o enaltecimento da História enquanto categoria política era também a representação de uma forma específica de compreensão do mundo: um mundo burguês e branco, inicialmente, colonial. Esta é uma evidência importante dentro da discussão que nos interessa. A ideia de História, com H maiúsculo, foi cunhada em um espaço/tempo regido pelas conquistas e pela exploração colonial e voltada para a legitimação de Estados Nacionais (Koselleck, 2013, p.187), erguidos sobre o espólio da escravização de mão de obra negra e indígena nos territórios colonizados.

Cabe, nesse sentido, ressaltar que a trama política do surgimento do moderno conceito de História se estabelece no centro do debate sobre a interpretação da temporalidade histórica, tendo em vista que, como argumenta Koselleck (2013, p.188), é a partir do momento em que esta sociedade europeia consegue administrar um conhecimento que estabelece uma relação entre o futuro e o passado, que categorias sociopolíticas como nações, classes, partidos e seitas, tão importantes à história política do século XIX, passam a "[...] recorrer à História, na medida em que a derivação genética da posição que o respectivo grupo defendia lhe dava o direito à existência dentro do campo de ação político ou social" (KOSELLECK, 2013, p.188).

Para Hartog (2017, p. 28), essa concepção moderna de História tornou-se um verdadeiro objeto de crença — com H maiúsculo —, dotado de autoridade epistemológica e valor normativo. Essa crença, entretanto, não foi neutra: fundamentou-se na exclusão dos povos colonizados, situados fora do "círculo da humanidade" e, portanto, da História.

Concordamos com a ideia de Mignolo (2017) de que a colonialidade é a face oculta da modernidade. Indissociável das questões que permeiam o pensamento moderno está o panorama de exploração e acumulação de riqueza dos países europeus. No que se refere à história, este cenário incidiu diretamente na institucionalização e delimitação do campo. Segundo Mignolo (2003, p. 23), no fim do século XVIII e início do século XIX, o critério de legitimação social já não era apenas

a escrita, mas a história: "'Os povos sem história' situavam-se em um tempo 'anterior' ao 'presente'; 'Os povos com história' sabiam escrever a dos povos que não a tinham".

Tanto Mignolo (2003) quanto Quijano (2005) demonstram como o pensamento moderno colonial foi responsável por estabelecer a ciência europeia como referencial exclusivo, apagando outras formas de conhecimento e temporalidade. Frente a isso, entendemos que o pensamento moderno colonial seja o limiar de um marco civilizatório que determinou a ciência europeia como o único referente e, assim, forjou a História. Assim, a grafia com H maiúsculo suprimiu, no mesmo tempo/espço, a pluralidade das existências humanas. A História moderna universalizou uma forma específica de experimentar o tempo e a instituiu como norma. Em outras palavras, o seu uso político concedeu o lugar de primazia à concepção moderna, de modo a balizar as experiências que não comungavam da mesma realidade.

Koselleck (2013, p.38) afirma que "O fato de que a História se referia à 'própria História' [Geschichte selber], e não a uma história de algo, constitui uma formulação da Era Moderna." Essa formulação, carregada de sentido próprio, perdurou como via única de interpretação do mundo. A História do mundo, pretensamente definida como singular-coletivo, foi sacralizada, mesmo quando esse coletivo se restringia ao estrato dominante.

É sobre essa concepção de História que Hartog estabelece a ideia de crise. Em suas palavras:

A história, essa na qual o século XIX acreditou, essa que se instalou como o poder reitor e a reserva de sentido ou de não-sentido, está se afastando de nós e se calando em um passado, uma noção ultrapassada, caduca. (Hartog, 2017. p. 25)

Ao fazer menção às transformações do campo epistêmico, Hartog (2017) aponta para um desacreditar coletivo na História. Diferentemente de outrora, quando o conceito moderno estava alicerçado em um porvir desconhecido e na esperança do progresso, agora sua utilidade é questionada. O passado se torna caduco; o futuro está fechado pelas incertezas das transformações globais.

Entretanto, cabe lembrar que o paradigma historiográfico do século XIX jamais se aproximou dos estratos marginalizados pelo Ocidente, de modo que não é possível afirmar um afastamento posterior. Ainda que Hartog, por vezes, use o "nós" para se

referir ao Ocidente como sinônimo de humanidade, as grandes narrativas históricas sempre giraram em torno de uma Europa vitoriosa, exaltando seus personagens como símbolos de heroísmo, patriotismo e civilização.

Como bem formulou Walter Benjamin (1996), o que a modernidade chamou de progresso pode ser visto como um amontoado de ruínas que se acumula até os céus. Sob essas ruínas, prevalece um silêncio quase absoluto em relação aos protagonistas históricos fora do eixo europeu. Hartog (2017) sustenta que a desintegração dessa concepção estaria diretamente ligada à emergência de uma nova relação humana com o tempo. Isso porque, para ele:

se já não existem grandes narrativas, passaram a circular por outro lado, palavras mestras, que funcionam como suporte de todos os tipos de narrativas fragmentárias e provisórias. [...]. Em primeiro lugar o quarteto formado pela memória, comemoração, patrimônio e identidade [...] formando mais ou menos um sistema, essas palavras, que não tem a mesma história nem a mesma amplitude, remetem-se umas as outras e se tornaram referências ao mesmo tempo poderosas, vagas, suportes para ação, slogans para fazer valer reivindicações, exigir reparos. (Hartog, 2017, p.39)

Como indica o trecho, as narrativas totalizantes deixaram de ocupar o centro da produção histórica e, em seu lugar, emergem termos que expressam o pensamento fragmentado das classes subalternas, entre os quais destacamos "memória" e "patrimônio". Hartog os lê como sintomas de uma conjuntura marcada pela fragmentação da ideia de História e pela perda da crença no futuro. Mas, cabe perguntar: não estaríamos diante de mais uma tentativa de conformar a experiência humana a um único tempo e espaço, à semelhança do que fez a historiografia tradicional?

Portanto, se a memória subscreve a crise da história e, por conseguinte, o fim das grandes narrativas, interessa-nos examinar também o papel do patrimônio nessa dinâmica. Assim, buscamos compreender se esses termos, nomeados por Hartog como palavras mestras, são palavras que desarticulam a ideia de futuro, estabelecendo o presente como a única instância temporal privilegiada.

## **MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E A DISPUTA PELO TEMPO PRESENTE**

A experiência humana no tempo é um elemento fundamental na constituição dos regimes de historicidade. É por meio dela que passado, presente e futuro se articulam e ganham sentido. Como observa Koselleck (2013, p. 26), "a história, aquela do conceito moderno de história, era estruturalmente futurista", concebida como horizonte de expectativa. A partir do século XX, segundo Hartog (2013), emerge um novo regime de historicidade: o presentismo.

Nessa conjuntura, o futurismo ainda se mantinha preeminente por meio das narrativas nacionais, que continuavam a projetar um futuro articulado em torno da ideia de progresso. Esse quadro, porém, sofre uma mudança significativa com a catástrofe das grandes guerras, a ascensão da história social e a emergência de novas manifestações sociais. Esses fatores contribuíram para um deslocamento do foco para o passado, evidenciado por uma crescente evocação da memória.

Para Hartog (2017), este movimento é um dos sintomas centrais do presentismo: a multiplicação de narrativas fragmentárias que retomam no presente o passado para fazer dele um passado significante. Nesse contexto, a memória deixa de ser compreendida como simples transmissão e passa a ser mobilizada como construção social ativa, orientada pelos valores e interesses de uma nova ordem temporal. Como não é algo dado, mas produzido, a memória torna-se um instrumento que rememora o passado a partir das necessidades do presente.

Em consonância com Nora (1998), Hartog defende que o passado evocado nos lugares de memória, sintetiza a preeminência desse novo regime temporal. A memória é, assim, menos transmissão e mais rememoração. Isso porque, "a rememoração é ativa, ela não é um surgimento involuntário do passado no presente; visando um momento do passado, ela tende a transformá-lo" (Hartog, 2017, p.168).

É precisamente essa agência, voltada a conformar a memória às demandas de transformação do presente, que entra em tensão com a História e seu regime unívoco. Ao romper com as grandes narrativas, ela altera substancialmente a forma como o tempo é mobilizado. Hartog argumenta que:

[...] hoje, em certas situações, recorre-se à memória, não como complemento ou suplemento, mas com substituição mesmo da história. Ela é claramente uma alternativa a uma história que, estima-se, falhou, silenciou-se: a história dos vencedores, e não das vítimas, dos esquecidos, dos dominados, das minorias,

dos colonizados. Uma história enclausurada na nação, com historiadores a serviço de uma história 'oficial'. E se recorreu, aqui e além, a uma memória que oferecia uma 'alternativa terapêutica' a um discurso histórico que nunca teria sido, por fim, mais do que uma "opressiva ficção". (Hartog, 2017, p.42)

Segundo essa leitura, a ascensão da memória é uma forma de dirimir os efeitos da imposição de um regime de historicidade que, por se constituir como um projeto hegemônico, desconsiderou a pluralidade das experiências humanas no tempo. Ou seja, Hartog discute a emergência da memória como sintoma da crise da História, especialmente a partir do reconhecimento das experiências de alteridade. Essas experiências, compreendidas como memória, não se encaixam na moldura disciplinar da historiografia tradicional.

No entanto, cabe questionar: seria apenas a História que se silencia diante da alteridade? Ou também a memória, quando enunciada a partir de um locus hegemônico, pode atuar como sustentação do mesmo poder que a historiografia tradicional busca preservar? A memória também pode ser instrumentalizada, convertendo-se em uma forma de fixação seletiva do passado, consolidando identidades estáticas e apagando conflitos.

Juntamente com a memória, a emergência do patrimônio é sintomática de uma conjuntura marcada pela primazia do presente. Memória e patrimônio se articulam na tentativa de perpetuar o passado no hoje, e em um 'hoje' continuamente renovado. Para Hartog (2017), o patrimônio é um recurso mobilizado em tempos de crise. Quando as referências simbólicas se desfazem e o sentimento de aceleração do tempo se intensifica, o patrimônio ganha centralidade como forma de ancoragem.

Ampliando a noção de patrimônio, Hartog (2017) afirma que "os arquivos constituem a memória da nação e uma parte essencial de seu patrimônio histórico" (Hartog, 2017, p. 152). Com base nisso, podemos analisar a memória dos povos negros no Brasil, que se insere de modo duplo nesse debate. Primeiro, porque essa memória representa uma experiência de alteridade, conectando-se à crise das grandes narrativas discutida por Hartog. Segundo, porque os documentos coloniais, devem ser compreendidos como verdadeiros monumentos de poder, instrumentos que registram, de forma seletiva, o ponto de vista dos dominadores.

A partir da leitura de Le Goff (2003), que define o documento como monumento, construído por e para os vencedores, podemos interpretar os arquivos coloniais como testemunhos da exclusão. A memória, nesse caso, se confronta com um acervo que não apenas omitiu, mas ativamente silenciou os sujeitos negros e indígenas.

Portanto, a hipótese do presentismo pode ser tensionada à luz dessas experiências históricas. A memória dos povos negros não se limita a responder ao colapso das grandes narrativas ocidentais: ela existiu em outros campos, muitas vezes invisibilizados, construindo outras formas de relação com o tempo. Ao resgatar e reinterpretar esses registros, confrontando os arquivos como parte de um patrimônio problemático, abre-se espaço para uma historiografia crítica, insurgente e reparadora.

### **DOCUMENTO/MONUMENTO: A EVOCAÇÃO DO PASSADO NO PRESENTE**

Considerando a assertiva de Le Goff (2003), segundo a qual os documentos são instrumentos de poder, é possível inferir que os processos de construção das histórias da população negra no Brasil envolvem, de alguma forma, a disputa sobre o que é considerado documento, quem o produz, quem o utiliza e com quais intencionalidades. A manipulação dessas fontes pelos estratos sociais dominantes, há séculos, matiza formas de organizar a memória, quer seja ela individual ou coletiva, e direciona como os diferentes grupos étnicos seriam lembrados ou esquecidos.

Logo, interessa-nos situar a memória desses povos na ciranda das relações de poder instauradas pelo sistema colonial moderno. Sob a égide do progresso e do humanismo europeu, o colonialismo impôs à população africana a violência sistêmica da escravidão. Nesse período, a categoria raça surge como uma forma de hierarquizar as relações entre colonizador e colonizado, naturalizando a suposta inferioridade biológica do negro frente ao homem branco europeu (Mignolo, 2003).

Esse ideário se perpetuou através de um sofisticado esquema de usurpação cultural e simbólica que, até hoje, encontra respaldo em parte da historiografia tradicional e no modo como os documentos são utilizados. A usurpação a que nos referimos diz respeito às estratégias coloniais pensadas para estabelecer, no campo subjetivo, a centralidade europeia. Quijano diz que, com a colonização,

[...] todas as experiências históricas, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. [...] como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento. (Quijano, 2005, p. 121)

Parte do plano de dominação colonial era centralizar a Europa como referente único de elaboração cultural. Isso quer dizer que, daí em diante, os recursos e produtos culturais, que podem ser também entendidos como objetos de memória dos povos dominados, passariam a ser controlados pelo colonizador. Da mesma forma, o controle se deu no campo epistêmico, uma vez que a produção do conhecimento científico esteve sob a tutela dos europeus. Nessa ocasião, a ciência moderna se impôs como modelo universal de racionalidade e, de acordo com esse padrão, o homem racional era, acima de tudo, um homem branco.

As violências coloniais, portanto, extrapolam o campo material e atingem a dimensão subjetiva, notoriamente quando a Europa estabeleceu sua hegemonia nos territórios colonizados por meio da manipulação da percepção que os sujeitos tinham de si e do mundo. Esta manipulação foi imposta pela colonialidade que

[...] é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América. (Quijano, 2005, p. 342)

A invasão do que se convencionou nomear África e América desencadeou um processo sistemático de apagamento das experiências históricas dos povos originários e africanos. O colonizador destituiu esses grupos de seus próprios objetos de memória e instituiu, em seu lugar, um padrão cultural centrado na experiência ocidental.

Como destaca Gomes (2014), os objetos de memória são fundamentais para a preservação de costumes e tradições, ou seja, são potentes ferramentas de construção e preservação das identidades (Gomes, 2014, p. 429). No entanto, grande parte de tais registros foi soterrada e substituída por documentos de conteúdo racista, nos quais os sujeitos negros foram desumanizados e transformados em objeto. É por

meio desses documentos que a lógica colonial se perpetua, imprimindo efeitos simbólicos duradouros sobre a memória.

Nos diários, cartas, ofícios, registros paroquiais, pinturas, dentre outros formatos de registros documentais de origem branco-europeia, a designação sub-humana é fartamente encontrada e omite a identidade e o protagonismo dos povos negros em seus processos históricos. Desses documentos emergem categorias simbólicas como “escravo”, “moleque”, “mucama”, “crioulo”, todas elas usadas para cercear o direito de serem plenamente reconhecidos pela história como seres humanos. Documentos que contam de uma época em que ser negro era ter a existência atestada por brancos. Mas não apenas em outro tempo, pois também hoje esses recursos revelam a sutileza de um duplo processo de racialização que, em primeira instância, materializa-se quando, nos objetos de memória, as pessoas negras não são representadas como sujeitos; e, em segunda instância, quando o historiador os utiliza para reafirmar, no presente, o olhar racista do colonizador.

Ao fazer esse movimento, o historiador reduz as experiências negras à escravidão. Este passado, forjado no presente, falseia as experiências de resistência e liberdade vivenciadas por povos africanos em seus territórios e na diáspora. A escassez de registros que retratem pessoas negras em posição de poder ou de intelectualidade revela como a documentação histórica serve à manutenção da memória branca como hegemônica. É inquestionável que a experiência histórica das populações negro-africanas não começa nem termina no trágico episódio do tráfico negreiro. Contudo, a insistente forma com que os documentos definem a existência das pessoas negras, a partir do lugar de subalternidade, confirma que "aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica" (Fanon, 2008, p. 104). A lógica colonial do documento é justamente essa: negar ao negro a possibilidade de resistir por conta própria, fazendo dele um produto das narrativas racistas da modernidade.

Nesse contexto, a análise de Gilberto Freyre (2012) sobre os anúncios de escravizados em jornais brasileiros do século XIX é exemplar. Ao estudar fontes como anúncios de compra, venda e fuga de africanos cativos, Freyre evidencia como a linguagem veicula práticas de desumanização. Em um dos anúncios, lê-se: "Vende-se uma escrava boa cozinheira, engomma bem e ensaboia, com uma cria de 3 anos, peça muito linda, própria de se fazer um mimo della; e também se vende só a escrava,

no caso que o comprador não queira com a cria" (Freyre, 2013, p.143). A palavra "peça", empregada para se referir à mulher escravizada, revela o grau de reificação imposto aos corpos negros. Freyre, em diálogo com Burke, analisa essas expressões como "modos de ação" que evidenciam a desumanização cotidiana (Freyre, 2012, p. 39).

Retomando Le Goff (2003), compreendemos que tais documentos não são fragmentos neutros do passado, mas sim monumentos carregados das intencionalidades políticas e simbólicas de quem os produziu. O papel do historiador, portanto, é o de desestruturar tais fontes e expor suas camadas de significação. Isso implica a fuga das interpretações baseadas exclusivamente na "autenticidade" das fontes e a incorporação de métodos que dialoguem com as memórias dos sujeitos do presente e com saberes disciplinares múltiplos para a devida compreensão das cadeias de significado daquele documento e sua observação enquanto monumento (Le Goff, 2003).

Diante disso, os documentos que nomeiam as existências negras por categorias racistas não apenas registram um passado violento — eles reatualizam, no presente, a colonialidade do poder. Como argumenta Le Goff (2003):

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (Le Goff, 2003, p. 495)

Para Le Goff (2003), tal como os monumentos, os documentos projetam no campo simbólico o privilégio das elites que os produziram. Assim, o documento não é apenas algo do passado: ele participa ativamente das disputas do presente em torno da memória, da identidade e da verdade histórica.

No Brasil, último país a abolir oficialmente a escravidão, a estrutura de poder permanece racializada. A disputa pela memória, portanto, está atravessada pela desigualdade estabelecida pela categoria raça. Os documentos históricos, ao se inserirem nessa lógica, perpetuam simbolicamente o lugar de privilégio da branquitude e de subalternidade conferido aos povos negros da diáspora, o que significa que

“Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado” (Le Goff, 2003, p. 111).

Em conformidade com o que foi defendido por Le Goff (2003), cabe ao historiador tornar inteligíveis as relações de poder inerentes à produção documental. Ou seja, cabe ao historiador discernir as relações de poder inerentes à construção da memória. Ao contrário da tese de Hartog, segundo a qual a memória substituiria a História como grande narrativa, argumentamos que é a História que, muitas vezes, continua a operar por meio de uma memória forjada — e preservada — pelos instrumentos da colonialidade. Trata-se de uma História que se recusa a passar; que, ao evocar seletivamente o passado no presente, busca controlar o futuro e bloquear sua potência como horizonte de expectativa — especialmente para os sujeitos racializados.

### **O FUTURO ABERTO: A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA NEGRA COMO ALTERIDADE DO PASSADO COLONIAL**

A história é como o campo, o território dos vencedores. Não adiantaria contrapor-la a uma história de vencidos. Ainda não fomos vencidos. Os assim chamados são indivíduos de muitas histórias, pequenas, mas fartas e fascinantes histórias. Entretanto, delegamos ao outro o poder de dizer de nossas interessantes passagens (Nascimento, 2022 p. 90).

No ensaio "*Por um território (novo) existencial e físico*", a historiadora e intelectual negra Beatriz Nascimento (2022) questiona a enunciação do passado negro sob a narrativa maniqueísta dos vencedores. Para ela, se a História é um campo de batalha, os sujeitos negros ainda não foram vencidos, e cabe a eles a decisão de não mais delegar ao algoz o poder de descrever e reduzir as suas experiências a um estado único de fracasso. Nascimento (2022) propõe a retomada das "muitas histórias, pequenas, mas fartas e fascinantes histórias" como forma de emancipar trajetórias individuais e coletivas, rompendo com a hegemonia discursiva da história colonial.

Essa proposição de Nascimento coincide, paradoxalmente, com aquilo que Hartog identifica como uma das causas da chamada crise da História: a multiplicação dos lugares de enunciação. A ascensão das identidades e das histórias plurais teria, segundo Hartog, desestabilizado a centralidade da narrativa histórica unificadora. No

entanto, o que Hartog aponta como sintoma de fragmentação pode ser interpretado, à luz de Nascimento, como sinal de resistência epistêmica e abertura para uma historiografia insurgente.

Essa abertura para uma maneira plural de enxergar e interpretar o passado, alternativa ao discurso unívoco da racionalidade europeia e de sua evolução disciplinar e institucional, remete às considerações de Chimamanda Adichie (2019), que, ao evidenciar o perigo de uma história única, provocou o debate sobre a supressão dos discursos autóctones dos sujeitos subalternizados e chamou a atenção do grande público para a possibilidade de enunciação de outros discursos sobre os povos até então tomados apenas como um 'grande Outro'. Nas palavras da autora: "A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história." (Adichie, 2019, p. 14)

É nessa chave que a produção historiográfica negra deve ser lida: não como memória subjetiva em disputa com uma História universal, mas como um corpo crítico de conhecimento que desafia a matriz epistêmica ocidental e propõe a ruptura com a lógica temporal colonial. Nascimento assume o papel de sentinela do tempo — aquela que, segundo Hartog, medeia a relação entre os tempos. Porém, no caso da historiadora negra, essa vigília não se faz a partir do passado glorioso, mas a partir da alteridade. Ela desestabiliza a dicotomia entre vencedores e vencidos, recusando tanto o apagamento quanto a romantização da subalternidade. A história, nesse contexto, é compreendida como uma ferramenta que reconecta passado e futuro, não para manter a ordem, mas para possibilitar sua reconfiguração.

Os sujeitos racializados, historicamente relegados à condição de vencidos, aqueles aos quais o futuro está sentenciado pela História, não são regidos pelo tempo presente. A produção historiográfica negra está interessada em ouvir o que o passado tem a dizer. Nega, duplamente, os limites da História tradicional e as palavras do presente, e, assim, abre caminho para a descontinuidade: a interrupção do tempo hegemônico e, com isso, a possibilidade de criação de futuros outros. Se há o fim da História, é o fim de uma história branca e única, como possibilidade de construção de uma historiografia plural, libertadora e insurgente (Nascimento, 2022). lural, libertadora e insurgente (Nascimento, 2022).

## CONCLUSÃO

A partir das discussões apresentadas, fica evidente que a hipótese de crise da História, formulada por François Hartog, reflete, sobretudo, a crise da historiografia tradicional e, mais especificamente, da concepção eurocêntrica de tempo histórico. A ênfase na emergência do presentismo como forma dominante de experiência temporal revela não apenas a fragmentação das grandes narrativas, mas também a necessidade de repensar a disciplina à luz das múltiplas vozes historicamente silenciadas.

A análise da historicidade moderna, conforme problematizada por Reinhart Koselleck (2013), demonstra que a História foi concebida como um campo de saber intrinsecamente ligado à legitimação do poder de uma classe específica. Essa concepção de História, construída nos marcos da modernidade ocidental, operou não apenas como registro do passado, mas como mecanismo de exclusão de sujeitos históricos considerados à margem da humanidade. A ideia de uma história universal, organizada de maneira linear e progressiva, serviu como instrumento de dominação e apagamento das experiências dos povos colonizados, reforçando a colonialidade do saber.

Nesse contexto, o debate sobre memória e patrimônio torna-se fundamental para compreender as disputas em torno da construção da identidade histórica. A obra de Le Goff demonstra como os documentos históricos, longe de serem registros neutros do passado, são, na verdade, monumentos produzidos pelas elites para perpetuar suas narrativas e manter estruturas de poder. A historiografia tradicional, ancorada nesses documentos, reforçou o silenciamento de experiências subalternizadas, notadamente das populações negras e indígenas, cujas trajetórias foram frequentemente reduzidas a estereótipos, apagadas dos registros oficiais ou ignoradas nas leituras que se fizeram sobre o passado.

É justamente nesse ponto que a produção historiográfica negra, conforme destacado por Beatriz Nascimento, emerge como alternativa a esse modelo excludente de escrita da História. A resistência à história única e a valorização das múltiplas narrativas mostram-se como elementos centrais para a desconstrução do

paradigma colonial. Em diálogo com Mignolo (2003 e 2017) e Quijano (2005), fica evidente que o pensamento decolonial não apenas expõe a face oculta da modernidade, mas também tensiona um futuro aberto, no qual a História não seja um campo exclusivo de vencedores, mas um espaço de reconhecimento das trajetórias diversas que compõem a experiência humana.

Dessa forma, podemos concluir que a crise da História apontada por Hartog não é um fenômeno absoluto, mas sim uma crise da História enquanto discurso hegemônico e eurocêntrico. A emergência de novas perspectivas historiográficas, especialmente aquelas oriundas da diáspora negra e de outros grupos historicamente marginalizados, desafia essa narrativa, abrindo caminho para uma historiografia plural e inclusiva. Se há uma crise da História, ela não é universal, mas sim o colapso de um modelo de escrita histórica que durante séculos serviu para sustentar relações desiguais de poder. O futuro da historiografia, portanto, passa pela revalorização da memória como espaço de contestação e reconstrução, garantindo que os silenciados do passado possam, enfim, reivindicar seu lugar na História. Se há crise, é porque há movimento. E se há movimento, há a possibilidade de reinscrever o passado com olhos no futuro, não mais como sentença, mas como reexistência.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Tradução de Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes de. TRAPP, Rafael Petry. *É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira?* Pensamento afrodiaspórico e (re) escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.41, nº88, 2021. 229-252. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v41n88-12>. Acesso em 06/06/2025.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. In: *Obras escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política*. Trad. S.P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2011.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUfba, 2008

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 1ª ed. digital. São Paulo: Global Editora, 2012.

HARTOG, François. *Crer em História*. Trad. Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução de Andrés Riedel. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *O Conceito de História*. Trad. René Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. pp.119-146.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2003.

MIGNOLO, W. D. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. D. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 3-18, jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>. Acesso em: 06/06/2025.

NASCIMENTO, Maria Beatriz (1942-1995). *O negro visto por ele mesmo*. Alex Ratts (Org.). São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, p. 117-142, 2005.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

Recebido em: 10/04/2025

Aprovado em : 03/09/2025